

A INTEGRAÇÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TERESINA-PI

Josélia Maria da Silva Farias (UFPI)

GT 12 - Educação e Políticas de Inclusão Social

Resumo

Integrar é realizar estratégias pedagógicas para que uma pessoa com deficiência tenha acesso a um sistema de educação que corresponda às suas capacidades intelectuais e motoras. A integração ocorre a partir de um processo constante de planejamento de intervenções e uma programação individualizada. O objetivo deste estudo é analisar a integração de alunos portadores de necessidades especiais no contexto de escolas públicas de Teresina, como forma de contribuir para uma reflexão acerca do tema e, ainda, para que a integração se efetive cumprindo o papel de proporcionar aos alunos especiais os meios necessários para que se desenvolvam. Para isso foram observados alguns aspectos necessários ao conhecimento e compreensão da integração no ambiente escolar, destacando-se: as diversas significações da integração, os tipos de deficiências apresentados pelos alunos, a caracterização do processo didático-pedagógico e psicossocial desenvolvido, bem como as principais dificuldades enfrentadas pelos educadores no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem como um todo. O estudo seguiu a metodologia da pesquisa qualitativa, os dados coletados são descritivos e a análise dos resultados segue um processo indutivo. O estudo indica que apesar das escolas não apresentarem infra-estruturas físicas adequadas para o atendimento aos alunos especiais, estes estão sendo integrados e o trabalho realizado tem contribuído para o desenvolvimento desses educandos. Graças ao compromisso, empenho e ao trabalho participativo realizado pela equipe escolar e comunidade.

Palavras-chaves: integração, necessidades especiais e desenvolvimento.

Abstract

To integrate is to accomplish pedagogic strategies so that a person with deficiency has access the an education system that corresponds their ace intellectual and motive capacities. The integration happens starting from a constant process of planning of interventions and an individualized programming. The objective of this article is to analyze the students' bearers of special needs integration, in the context of public schools of Teresina, as form of contributing for a reflection concerning the theme and still, so that the integration is executed accomplishing the paper of proportional to the special students the necessary ways for they grow. For that the methodology of the qualitative research was proceeded, the collected data are descriptive and the analysis of the results follows an inductive process. The study

indicates that in spite of the schools they present not physical infrastructure, material and human resources for the service to the special students, these are being integrated and the accomplished work has been contributing to those students' development.

Key words: integration, special needs and development.

Introdução

O presente estudo busca elementos que procurem explicar uma inquietação surgida a partir da leitura, análise e reflexão do capítulo V da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei Nº 9394 / 96) referente à educação especial, que defende, dentre diversos direitos, o oferecimento da educação escolar aos portadores de necessidades educativas especiais como dever constitucional do Estado, assegura currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, terminalidade específica adequada às deficiências, professores especializados, supressão de barreiras arquitetônicas, entre outros.

Segundo Mantoan (1997: p.132), na atualidade é inegável o esforço desenvolvido por pais, médicos, educadores e estudiosos da Educação Especial, buscando a melhoria da qualidade de vida destas crianças, todos defendem a integração e que esta se processe nos níveis político, econômico e social.

No campo social, tendo estes alunos acesso aos bens sociais, tais como educação, saúde e lazer; no político, participando efetivamente dos centros decisórios; no econômico, tendo acesso aos mercados de trabalho; e no nível cultural, tornando-se membros reais da cultura, afetando-a e sendo afetados por ela.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), baseado no dispositivo constitucional que defende a educação como direito de todos e dever do Estado, vem implementando diversos serviços na modalidade “Educação Especial” com o intuito de oferecer aos alunos portadores de necessidades especiais acesso e permanência na escola bem como promover a sua terminalidade acadêmica.

A coordenação do processo de desenvolvimento da Educação Especial está a cargo da Secretaria de Educação Especial (SEESP), atuando nas esferas federal, estadual e municipal e instituições não-governamentais e sem fins lucrativos.

Como educadores, temos refletido profundamente sobre as diversas dificuldades apresentadas no sistema educacional brasileiro como um todo e, especialmente, no caso da educação especial, uma vez que a LDB (9394 / 96) contempla uma série de determinações relativas a esta modalidade de ensino à revelia da realidade de nossas escolas. Acrescentamos ainda o fato de que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo abriga cerca de 500 milhões de pessoas com deficiência, das quais 80% vivem em países em desenvolvimento.

Os dados do Censo de 2000 informam que 24,5 milhões de brasileiros são portadores de algum tipo de deficiência, dentre eles, mais de 2,8 milhões declararam possuir alguma deficiência mental permanente.

No Piauí esta realidade não é diferente. Estima-se que 501 mil pessoas possuem algum tipo de deficiência, isto equivale a 17,6% da população do Estado.

É baseado nesse contexto que se insere a relevância deste trabalho que tem como objetivo analisar a integração de alunos portadores de necessidades educativas especiais em escolas públicas de Teresina, como forma de conhecer como está se processando a integração, bem como verificar se a lei acima mencionada está sendo cumprida na práxis educacional.

A análise aborda aspectos que procuraram oferecer uma visão mais clara de como está ocorrendo a integração de alunos especiais na rede regular de ensino, enfatizando a existência ou não de infra-estruturas física e didático-pedagógica necessárias ao atendimento desta clientela.

O estudo foi realizado em doze escolas públicas de Teresina-PI que oferecem o ensino fundamental. Utilizaram-se como instrumento para a coleta de dados entrevistas que foram realizadas com professores, diretores, alunos, pais e ainda observações na escola e sala de aula.

Desenvolvimento

No Brasil, a partir da década de 70 as ações não discriminadoras deram um grande impulso na educação especial do país, os princípios de normalização e integração passaram a fundamentar esta modalidade de ensino, tendo como suporte legal a Lei 5692 / 71 e como princípios filosóficos norteadores a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Constituição de 1988, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Declaração de Salamanca, a Política Nacional de Educação Especial e o Plano Decenal de Educação para todos.

Como resultado desta nova realidade de integração da criança portadora de necessidades especiais, observamos em Schawantzman (1997: p.96) a defesa da integração como ato ou efeito de integrar-se, ação ou política que visa integrar em um grupo as minorias raciais, religiosas, sociais etc. Quanto à idéia de integrar os portadores de necessidades especiais à nossa sociedade, implica em aceitar a possibilidade de que este indivíduo, uma vez integrado, tenha acesso aos serviços, facilidade de ingresso no mercado de trabalho, escola, lazer a fim de que tenha uma vida produtiva independente, tornando-se cidadão com direitos, deveres, obrigações e com possibilidade de ver supridas todas as suas necessidades.

Para Coll (1997: p.164), a integração de crianças portadoras de necessidades especiais é de extrema importância e tem como objetivo maior reivindicar condições educacionais satisfatórias para todo este grupo de educandos dentro da escola regular e sensibilizar professores, pais e autoridades civis e educacionais para que assumam uma atitude positiva frente ao processo educativo dos alunos especiais.

Observamos que no contexto da escola pública brasileira, se a integração for realizada nas devidas condições e com os recursos necessários, será positiva ao aluno especial, pois contribui para o seu melhor desenvolvimento e para uma socialização mais completa e normal.

Parafrazeando Coll (1997: p.164), a integração é benéfica também para o aluno “normal”, uma vez que este aprenderá a respeitar, colaborar e compreender seus colegas

portadores de necessidades especiais, bem como, usufruirá de uma metodologia diversificada, dispondo de mais recursos e adquirindo atitudes de respeito e solidariedade para com os colegas especiais. Portanto, como afirma Mantoan (1997: p.120), a escola inclusiva é uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com a educação, porém a viabilidade de sua implementação depende de um amplo consenso da sociedade a respeito da aceitação dos portadores de necessidades especiais na vida social e da compreensão de seu direito à cidadania.

Sabemos que a defesa da integração no âmbito da sociedade geral é de extrema relevância pois, além de representar um direito assegurado pela Constituição Brasileira e pela Legislação Educacional, acreditamos que, ao incluir o aluno especial na escola regular, estaremos exigindo dessa instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino-aprendizagem, que deverão ser realizados à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas; somando a isto, a escola terá que se modernizar e capacitar os professores não apenas para aperfeiçoar suas práticas, mas, também, construir saberes relativos à educação para portadores de necessidades especiais.

Enfim, o conceito de necessidades educacionais especiais nos remete, em primeiro lugar, às dificuldades de aprendizagem, mas também, aos recursos educacionais precisos e adequados para atender as necessidades específicas de cada aluno.

No tocante às observações realizadas nesta pesquisa, constatamos que 60% das escolas não apresentam infra-estrutura física adequada para atender alunos especiais, não existem rampas, os banheiros são inadequados até mesmo às crianças “normais”, os prédios apresentam inúmeros obstáculos que dificultam o desenvolvimento de alunos especiais, mas foi possível perceber que o empenho desenvolvido pelos professores e demais componentes da equipe escolar tem permitido que os alunos especiais permaneçam na escola, isto ficou comprovado na fala de 80% dos professores, destacando-se as seguintes:

“nós procuramos trabalhar em conjunto para atender estes alunos”; “aqui, até mesmo as merendeiras e vigias conhecem os alunos especiais e ajudam sempre que necessário”; “apesar das dificuldades encontradas, nós podemos contar com as pessoas da escola que ajudam na movimentação e no cuidado com os alunos”.

Os profissionais da educação em sua maioria demonstraram um grande empenho e boa vontade no atendimento às crianças especiais, no entanto, é urgente e extremamente necessário que a escola se estruture em todos os sentidos para recebê-las e como afirma Mantoan (1997: p.114), “a estruturação das escolas para atender alunos especiais depende da implementação de políticas públicas sérias e efetivas voltadas para este fim”.

Concernente às significações do termo integração, constatou-se a existência de diversas interpretações. No entanto, é no que se refere à educação da pessoa especial que este termo surge com mais frequência e envolvimento em variadas conotações.

Desta forma, excetuando o aspecto de concordância de que a integração significa não segregação, persiste a necessidade de uma definição precisa quando se fala na integração do aluno especial. Neste aspecto foi possível observar significações multidimensionais,

assistencialistas e reducionistas no discurso da equipe escolar, que variava desde a simples aceitação do aluno na escola, sem maiores preocupações com o seu desenvolvimento, até as concepções mais abrangentes, buscando trabalhar a multidimensionalidade dos alunos especiais.

É relevante destacar que este questionamento causou embaraço na maioria dos participantes, entretanto, a insegurança e confusão observadas nas respostas ocorrem em decorrência das variadas conotações que envolvem o termo integração, logo é preciso uma definição de integração para que os profissionais da educação conheçam e compreendam o significado exato do termo, evitando imprecisões, contribuindo, assim, para que ela se concretize no meio escolar.

Sabemos que no domínio cognitivo estão envolvidos a capacidade humana que engloba a descoberta (cognição), a memória, o pensamento convergente e divergente e a avaliação, todos perfeitamente envolvidos na aprendizagem dos conteúdos curriculares que compõem as séries e matérias básicas escolares, neste contexto se situa o professor com o papel relevante de intermediar este processo, tornando-se peça fundamental neste estudo. Através da entrevista realizada com este, foi possível averiguar o seu nível de formação, as deficiências apresentadas por seus alunos, como desenvolvem suas atividades e avaliam os educandos especiais, a interação em classe, bem como as principais dificuldades enfrentadas.

Quanto ao nível de formação dos professores, verificamos que 20% cursaram o primeiro grau e trabalham na escola há mais de 20 anos, 30% têm curso de formação de professores de nível médio, 20% são estagiários e cursam a universidade e 30% concluíram o curso superior.

No que se refere aos tipos de deficiências apresentadas pelos alunos, observamos que as escolas atendem deficientes físicos, visuais, auditivos, com síndrome de Down e dificuldades de aprendizagem.

Quanto à existência de monitores na sala, 100% dos professores responderam que não recebem ajuda de monitores, sendo possível visualizar sua insatisfação através das seguintes declarações:

“as crianças especiais dão mais trabalho e necessitam de maior atenção, o que se torna difícil em uma turma com 20 ou 30 alunos”; “às vezes eu quero dar uma atenção maior ao aluno, mas não dá”; “se tivéssemos monitores eu teria mais tempo para o aluno especial”; “existem momentos que o aluno fica parado, faz as coisas erradas por falta de atenção”.

Concernente às intervenções realizadas pelos professores no processo ensino-aprendizagem visando um melhor desempenho dos alunos, 80% dos professores responderam que se utilizam de uma metodologia que enfatize a realidade do aluno, procuram adequar os recursos disponíveis levando em consideração as dificuldades de cada um, buscam o apoio das famílias e realizam atividades diversificadas, como: jogos, brincadeiras, dramatizações e outras atividades extraclasse para intensificação de estudos.

O processo interventivo de melhoria do ensino defendido pelos professores é adequado aos alunos especiais, pois de acordo com o MEC (1995: p.81), os alunos especiais

formam um grupo muito heterogêneo, com peculiaridades que lhe são próprias, requerendo assim um ensino individualizado, baseado em suas potencialidades, em seu saber e sua capacidade de realizar as atividades.

KAUFMAN et al (1975: p.42) defende que:

“A integração educativa e social de crianças especiais com seus pares normais é aquela que ocorre a partir de um processo constante de planejamento de intervenções e de uma programação individualizada e de uma clara divisão de tarefas para cada um dos membros”.

Entretanto, as observações de sala de aula mostram que alguns professores apresentam dificuldades em trabalhar com alunos especiais, somando a isto, 100% dos professores não apresentaram o seu plano de aula, quando solicitamos.

Ao serem indagados acerca da avaliação da aprendizagem dos alunos especiais, 100% dos professores responderam que realizam a mesma avaliação para todos os alunos, enfatizando que é uma forma de não discriminar, e levam em consideração as dificuldades específicas de cada aluno.

De acordo com o MEC / SEESP (1995 : p.117):

“a avaliação deverá ser contínua e priorizar o desenvolvimento global do aluno, utilizando medidas de avaliação direta com ênfase na observação e na utilização de testes informais com inferência a critérios”.

Sob o ponto de vista de Marchesi (2004: p. 46,47), para a compreensão e explicação dos processos de ensino e aprendizagem deve-se considerar a relação professor-aluno e o conteúdo de aprendizagem, pois esta interação explicará o que ocorre quando o aluno aprende o conteúdo devido a ação instrutiva do professor, ou seja, se o ensino é eficaz, ajuda a adaptar-se às possibilidades do aluno. Com relação ao aluno, é preciso considerar os conhecimentos prévios, a atividade mental produtiva e a motivação para aprender, na perspectiva do professor os fatores básicos que influem no processo ensino-aprendizagem são o mecanismo de influência educativa que facilite a aprendizagem do aluno levando-o à reconstrução destes conhecimentos, devendo avaliar particularmente as características dos alunos especiais, tendo em vista a sua dificuldade para organizar os conhecimentos, ativar seus esquemas, comunicar-se com seus colegas e professores, compartilhar significados e atribuir um sentido à sua aprendizagem.

Observamos que os professores têm, portanto, um conceito qualitativo e abrangente de avaliação, pois criam diversos instrumentos e avaliam os alunos em suas múltiplas dimensões.

Quando questionados sobre as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, os professores apontaram: o cansaço, a fadiga e a desmotivação dos alunos, a falta de participação, o desânimo causado quando o professor verifica que o aluno não aprende o que foi ensinado, a superproteção dos pais, os conflitos causados na turma, a dificuldade que os alunos especiais têm para se concentrar nas

atividades, os baixos salários, falta de materiais e principalmente o não conhecimento das melhores formas de trabalhar com estes alunos.

As dificuldades encontradas pelos mesmos nos remetem aos cursos de formação de professores para o atendimento aos alunos especiais, pois se estes conseguirem criar um bom clima emocional, estimulando a iniciativa e dinamizando o processo ensino-aprendizagem, estarão proporcionando aos seus alunos, entre outros aspectos, os meios adequados para que se desenvolvam.

Considerações finais

De acordo com as análises desenvolvidas neste estudo, foi possível concluir que, apesar de algumas escolas não apresentarem toda a infra-estrutura física, material e de recursos humanos necessários ao atendimento dos alunos especiais, a integração está ocorrendo de forma embrionária e, assim, pode-se considerar um avanço diante das dificuldades enfrentadas para realização deste trabalho. Nestas escolas foi possível observar o esforço empregado pela equipe técnico-pedagógica para alcançar o sucesso desses alunos.

Percebemos, também, que a integração de alunos portadores de necessidades especiais na escola regular não tem ocorrido de forma eficiente e eficaz em decorrência de diversos fatores que permeiam a escola e a sociedade como um todo, valendo destacar: a falta de políticas públicas sérias e efetivas para a educação especial; a falta de preparo dos profissionais da educação, que na maioria das vezes são vítimas de cursos que não proporcionam os conhecimentos e reflexões necessárias ao desenvolvimento da ação pedagógica com os alunos especiais; o elevado número de alunos por turma, que inviabiliza o atendimento a esses educandos; as restrições determinadas pela escola frente a alguns tipos de deficiência; a falta de articulação entre coordenadores e professores e destes com os profissionais da área de saúde; o medo que a escola tem de realizar mudanças, de aceitar as diferenças e do possível fracasso; atividades preconceituosas provenientes dos pais das crianças “normais”; o sentimento de inferioridade apresentado pelo próprio indivíduo especial; os diversos estigmas criados pela sociedade acerca das deficiências; insatisfação dos professores pelos baixos salários e por trabalharem sem apoio de monitores, o que lhes causam uma sobrecarga de atividades.

Os pontos enfatizados acima exigem de todos os educadores uma reflexão profunda, envolvendo não somente a comunidade escolar, mas toda a sociedade, uma vez que apenas determinar por força da lei o direito à educação aos portadores de necessidades especiais não tem garantido, na prática, a sua realização de forma eficiente e eficaz.

Esperar que os alunos portadores de necessidades especiais, em sua totalidade, sejam absorvidos pelo nosso sistema regular de ensino, que não consegue atender, satisfatoriamente, sequer, os indivíduos ditos normais, é pretender uma solução fácil e ilusória para o problema da educação especial.

No entanto, o estudo nos mostrou que a integração de alunos portadores de necessidades educativas no ensino regular é possível sim e um dos aspectos que nos fortaleceu nesta crença foi o fato de termos verificado junto aos professores que os alunos

especiais, em sua maioria, não apresentam grandes dificuldades de aprendizagem e ainda que a interação com os colegas de classe é satisfatória, contribuindo para o seu desenvolvimento afetivo, psicomotor e cognitivo.

Reconhecemos que os profissionais da educação, de forma geral, têm empreendido um esforço constante na tentativa de minimizar o impacto da ausência de políticas públicas efetivas voltadas para solucionar os problemas da educação especial no nosso Estado.

Entretanto, é preciso lembrar enfaticamente que a integração dos alunos especiais é, com certeza, prioridade que deve ser proporcionada a todo ser humano, sem qualquer discriminação nem rotulação. Os sistemas públicos estaduais e municipais e as escolas particulares precisam vivenciar a experiência da integração para sentirem que o respeito às diferenças é o único caminho para a vivência da igualdade.

As observações constantes a respeito da problemática discutida representam uma reflexão com bases concretas visando buscar caminhos que possibilitem a integração dos alunos especiais na rede regular de ensino de forma eficiente e eficaz, para que estes, uma vez integrados, tenham acesso aos serviços, facilidades de ingresso no mercado de trabalho, escola, lazer, saúde, enfim, que se transformem em cidadãos com direitos, deveres e obrigações e com possibilidade de ver supridas todas as suas necessidades.

Finalmente evidenciou-se a relevância de uma intensificação em estudos referentes à integração de pessoas especiais não somente no campo educativo, mas em todos os setores sociais para conhecermos todos os mecanismos determinantes da qualidade de atendimento a essa clientela, estruturando uma sociedade mais aberta, flexível e preocupada em desenvolver uma cultura de respeito às diferenças individuais.

Bibliografia

BRASIL, Secretaria da Educação Especial. *Política Nacional da Educação Especial: livro 1 / MEC / SEESP*. Brasília, 1994.

_____. Secretaria da Educação Especial: *Diretrizes gerais para o Atendimento Educacional aos Alunos Portadores de Necessidades Especiais*.

_____. Secretaria da Educação Especial. *Tendências e Desafios da Educação Especial*. Brasília, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. *A Nova LDB e a Educação Especial*. São Paulo de Janeiro. Nova, 1997.

COLL, César (org.); PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar*. Artes Médicas, Porto Alegre, 1995, vol. 3, p. 7-23.

_____. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtorno de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglé. *A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para Uma Reflexão Sobre o Tema*. São Paulo, MEMNON, 1997, Ed. SENAC.

_____. *Ensino Inclusivo / Educação de Qualidade para Todos*. Revista Integração MEC / SEESP nº 20, 1988.

MEC / SEESP. *O Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Sistema educacional Brasileiro*. Série Diretrizes, nº 11, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial, 1994.

PERRENOUD, Philippe. *A Pedagogia da Escola das Diferenças Fragmentos de uma Sociologia do Fracasso*. Porto Alegre. Artmed, 2001.

REVISTA INTEGRAÇÃO MEC / SEESP nº 21 / 1999.

_____. nº 22 / 2000.

REVISTA NOVA ESCOLA, Edição número 123, julho de 1999, p.8-18.

RONCIN, Charles; VAYER, Pierre. *Integração da Criança com Deficiência na Classe*. São Paulo. Editora Manole, 1989.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. *Inclusão: Um Guia para Educadores*. Porto Alegre, Artemed: 1999.